

Solidário

O Sindicato dos Eletricistas do Sul de SC está pedindo aos eletricitários catarinenses que doem alimentos não perecíveis para os trabalhadores das empresas Tenenge e Ivai que constroem a Usina Jorge Lacerda IV e estão em greve desde o dia 16 de setembro. Quem quiser ajudar deve entregar sua doação ao dirigente ou representante sindical mais próximo.

Esperar para negociar

A Intersindical se reúne esta semana com a Celesc para discutir a forma de compensação dos dias parados na última greve. Por isto todo mundo deve esperar para tomar qualquer decisão e só acertar as compensações depois de falar com seu sindicato.

Reformas a qualquer custo

O próximo passo da coligação PSDB-PFL-PTB, que venceu as eleições presidenciais é tentar viabilizar a votação das reformas fiscal, tributária e previdenciária ainda este ano. Os "novos" futuros integrantes do governo como Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Luiz Eduardo Magalhães e José Serra já estão se articulando com este objetivo.

Escola dá tempo de serviço

Quem estudou numa escola técnica ou industrial, entre os anos de 1942 e 1959, pode ter este período computado como tempo de serviço para fins de aposentadoria. Mas para que a Previdência reconheça é necessário que a certidão frise que a escola estava regida pela Lei 3.552/52 ou pelo Decreto 31.546/52.

Justiça?

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Orlando Teixeira da Costa comentou a greve dos bancários dizendo que "o julgamento do dissídio coletivo não leva em conta o direito dos trabalhadores ao reajuste, mas a oportunidade e a conveniência do aumento salarial. Não se trata de fazer ou não justiça". Palavras muito forte, vindas do Presidente do TST.

Nº 288
11/10/94

LINHA VIVA

Vitória sem comemoração

EDITORIAL

Os mais de 50 milhões de votos que tornaram Fernando Henrique Cardoso o virtual Presidente da República não motivaram comemorações nas ruas, nenhuma vibração ou agitação popular. FHC tem sorriso muito, mas franze o cenho quando pensa no futuro.

A legitimidade conquistada com a eleição pela via rápida não o coloca em situação necessariamente confortável. Seu primeiro problema é a pressão inevitável de seus aliados fisiológicos. Alguém acha que Bornhausen, ACM e outros tantos vão deixar por menos? Por outro lado, a composição do Congresso Nacional reflete o fortalecimento dos segmentos mais organizados da sociedade, que garantem uma bancada forte e tão legítima quanto o presidente. O resultado pode ser um presidente pisando em ovos, refém de suas próprias alianças, atordoado pelas cobranças das promessas de campanha.

O processo eleitoral evidenciou um disputa entre dois projetos políticos para o país. De um lado o projeto neoliberal encarnado por FHC, investindo na internacionalização da economia, na privatização de estatais e no rebaixamento da inflação através do arrocho salarial e da manutenção artificial das taxas de câmbio. Opondo-se a tal projeto, os setores democráticos e populares representados, sobretudo, pelo movimento sindical com suas bandeiras contra a recessão, pela distribuição de renda e em defesa do patrimônio público representado pelas estatais.

Este conflito de projetos não é novo. Desde o início do governo Collor, quando o neoliberalismo tentou dar a sua arrancada decisiva, os movimentos populares vêm resistindo e, na prática, impedindo em larga escala a plena implantação das receitas neoliberais. A proporção desta resistência é tal que o Brasil passou a ser o único país latino-americano onde aquelas políticas foram barradas. Foram greves, protestos dos mais variados, disputas parlamentares e negociações que impediram que o Brasil se transformasse rapidamente numa Argentina, Peru ou México.

No processo eleitoral o debate não ga-



nhou a dimensão e a clareza que devia. Ofuscado pela mídia, ele perdeu visibilidade na cortina de fumaça da falsa polêmica entre os a favor e os contra o Real. Mas agora ele vai voltar com força, pois brevemente serão tomadas medidas drásticas no sentido de impor o projeto neoliberal. Antes de apagar as luzes, Itamar quer deixar tudo encaminhado, aproveitando-se de um Congresso em fim-de-festa onde mais de 60% de seus membros foram despejados de suas cadeiras.

Concretamente, tentarão fazer até dezembro tudo o que a tal revisão constitucional não conseguiu, valendo-se simplesmente de emendas à Constituição. Querem votar, por exemplo, a Lei das Concessões, que abre todo o caminho jurídico para a venda do setor elétrico e outros serviços urbanos. Certamente setores de telecomunicações e petróleo vão sofrer novos ataques no sentido da privatização.

Em síntese, pode-se dizer que as nuvens do horizonte já foram mais claras, mas que a julgar-se pelo que o movimento sindical tem feito nos últimos anos, resistir é possível. FHC e seus aliados vão procurar usar a legitimidade das urnas para intimidar os defensores do projeto democrático e popular, mas este tem ao seu lado uma tradição de luta, consciência e mobilização. Mobilização, aliás, é a palavra-chave para quem deseja resistir.

História do Sinergia

O livro (Re)inventando a Cidadania, que conta a história do Sinergia, será apresentado à comunidade universitária no dia 13, às 20h 30min, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC (sala do Det. História). Junto será lançada a revista Esboços, dos alunos de pós-graduação em História.

Exposição em Carlat

A mostra Pátria Amada e Esquartejada saiu do CIC e está até dia 21 de outubro no hall da Escola Técnica Federal, em São José. A promoção é do Sinergia e Coordenação Cultural daquela escola.

Teatro nas empresas

Qualquer diretor do Sinergia pode ser contatado para a compra do livro (Re)inventando a Cidadania, sobre a história do sindicato. Foram baseados neste livro os esquetes teatrais apresentados semana passada para os empregados da Celesc e Eletrosul pelo grupo "Olho da Rua".

Cavallo diz o que pensa

O Ministro da Economia argentino, Domingos Cavallo explicou estes dias à revista Business Week, o que seu plano econômico, semelhante ao Real, anda provocando na Argentina: "As pessoas tradicionalmente integrantes da classe média estão sofrendo os custos do ajuste econômico - antigos empregados públicos de companhias privatizadas, proprietários de pequenas lojas, fazendeiros. Temos o problema da queda do padrão de vida em parte da classe média".

Ninguém a quer

Apesar de terem gasto mais de 100 milhões de dólares em publicidade, as empresas de previdência privada argentinas não conseguem convencer os trabalhadores do seu país a se inscreverem em seus planos. Os argentinos tinham até dia 30 de junho para optar entre a previdência privada ou a oficial, mas apenas 10% dos segurados escolheram a primeira. O Congresso deu mais três meses para ver se o pessoal mudava de idéia, mas nada aconteceu.

Greves demonstram vontade de lutar contra arrocho do Real

As greves dos petroleiros e dos bancários do Besc, encerradas semana passada, demonstraram a disposição dos trabalhadores em não aceitar passivamente o arrocho salarial imposto pelo Plano Real. O fim das paralisações foram decididas em assembléias que também ratificaram a volta à luta em breve.

A greve no Besc atingiu 90% do sistema estadual. Durante um dia, houve atendimento parcial em duas agências de Florianópolis, decidida pelos grevistas, para atender o pagamento dos servidores públicos. A proposta aprovada é de reajuste de 17,63%, produtividade de diferença da conversão dos salários em URV, abono correspondente a 25 horas de trabalho, pago em dezembro para compensar a in-

flação de setembro a dezembro. Os dez dias parados serão descontados da seguinte maneira: metade quando do pagamento do abono e a outra metade nas férias.

Os petroleiros, que estiveram nove dias parados, conseguiram 13,54% de reajuste salarial. As perdas salariais serão discutidas mais adiante assim como as cláusulas sociais. O pagamento de horas extra-turno será feito em 25 parcelas mensais e foi criada uma comissão para analisar os passivos trabalhistas ajuizados contra a empresa. Os dias parados serão compensados com trabalho em horas extra (a metade) e o resto descontado em duas parcelas mensais. Também serão anistiados os dirigentes e representantes sindicais envolvidos em incidentes.

Resposta levanta mais dúvidas contra a Elos

Recentemente o assessor da Intersul, Hélio Coimbra, escreveu ao Ministério da Previdência Social dando publicidade de atos contrários aos bons princípios da ética administrativa realizados pela Fundação Elos. Ao tomar conhecimento do teor da carta a fundação solicitou esclarecimentos ao assessor que, mais uma vez, em carta também encaminhada ao Ministério da Previdência, e ao Procurador da República prestou informações desconhecidas até então dos participantes da Elos.

Entre elas estão a de que a diretoria da Elos não vem divulgando que o desempenho positivo obtido ao longo dos anos pela fundação tem sido revertido para a Eletrosul, sob forma de diminuição do déficit atuarial (déficit da própria patrocinadora, a Eletrosul).

Os participantes também não sabem que a dívida da Eletrosul provocou uma perda, nos últimos três anos, do ganho de oportunidade de R\$ 20 milhões e que des-

de maio a patrocinadora não paga o contrato da dívida e atrasou o pagamento dos aluguéis do Sertão do Marum.

De outro lado, Coimbra diz não entender porque a Elos não concede carência de dois meses (setembro e outubro) aos participantes dos planos de empréstimos PEPE e PEG, alegando dificuldades financeiras, porém negocia com a patrocinadora uma carência de dois anos - no quarto contrato - sendo que os três anteriores não foram cumpridos por falta de pagamento.

Segundo Hélio Coimbra só se ficou sabendo disto porque recentemente a categoria elegeu um representante dos participantes como Diretor da Fundação, que presta informes nas reuniões sindicais e convidou o próprio Hélio a participar de duas reuniões do Conselho de Curadores. Este diretor, Claudius Girard, não assinou o pedido de esclarecimentos feito pela Elos à Coimbra.

Cesta básica custa mais que um salário

Dieese aponta aumento nos produtos essenciais nos meses do Plano Real.

Em pelo menos 11 capitais brasileiras, em setembro, o custo da Cesta Básica calculada pelo Dieese superou o valor do salário mínimo nacional. Em Florianópolis houve um aumento de 7,73% em relação à agosto. Na capital catarinense a cesta básica de 13 produtos custa R\$ 82,52, contra um minguado salário mínimo de R\$ 64,56.

Desde julho, quando passou a vigorar o Plano Real, a cesta básica está valendo mais que o salário mínimo. Em junho, a cesta custava 98,90% do salário mínimo; já em julho a relação passou para 115,27% e em agosto foi para 128,16% e chegando a 127,82% em setembro. De julho para cá, a cesta básica subiu 19,82%.

Com base nestes números o Dieese afirma

que o salário mínimo necessário para uma família composta pelo casal e dois filhos é de R\$ 695,64. A pesquisa revela, também, que o alimento da cesta básica não é um fenômeno regional, mas generalizado em todo país, com apenas duas capitais pesquisadas - Natal e Fortaleza - apontando uma redução nos preços.

Os produtos que mais pesaram no aumento foram os hortifrutigranjeiros, especialmente o tomate e a batata. Alguns explicam a situação com a entressafra e a estiagem que se abateu no sul e sudeste. Outros denunciam a especulação como a geradora dos aumentos. De uma maneira ou outra, o tomate subiu 28,68% e a batata 42,37%. O Dieese registra, ainda, que os produtos industrializados se mantiveram com preços estáveis.

Os produtos pesquisados pelo Dieese são



carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga.

O Brasil e o Consenso de Washington

Um pouco antes de morrer, em julho passado, o embaixador Paulo Nogueira Batista escreveu um ensaio intitulado "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos", onde mostra a articulação feita a partir de 1989, para impor condições e implantar definitivamente o neoliberalismo, o fim das soberanias nacionais no nosso continente.

Diz o embaixador no documento que "o Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta e por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater." Ele mostra como as práticas dos EUA e dos países desenvolvidos em geral, contradizem aquilo que eles propõem para o Terceiro Mundo e que os resultados do neoliberalismo são modestos e limitados.

"De fato, como explicar que o México e a Argentina, para não citar outros que se alinharam ao modelo neoliberal, estejam sofrendo tensões de balanço de pagamentos, tão fortes que os fazem correr o risco de um colapso cambial e de suas políticas de estabilidade monetária?"

Depois de relatar todos desastres do governo Collor fala do momento atual no Brasil. "O

neoliberalismo continua a influir fortemente no cenário político, havendo conquistado o favor da grande imprensa e margem de aceitação considerável no Congresso. Instalou-se solidamente no seio do atual governo e conforma o próprio quadro da sucessão presidencial.... O Brasil vive, por conseguinte, momento delicado. As classes dirigentes se acham minadas pela visão neoliberal, e já conformadas com um status menor para o país no cenário mundial. Em amplos setores da elite, intelectual e econômica, já se admite, pelo menos implicitamente, que o país deve abrir mão de seu destino natural de nação política e economicamente independente. Toleram-se nos meios de comunicação, propostas espúrias de desagregação territorial. Fala-se com desprezo da base industrial - "o carro nacional é uma carroça", proclamava Collor não sem satisfação - como se fosse possível deixar cair um patrimônio que mal ou bem nos coloca, em termos absolutos, entre as primeiras dez economias do mundo. Está prestes a entrar em vigor uma reforma monetária ortodoxa pela qual a nova moeda - o real - deverá ser vinculado ao dólar, por tempo indeterminado, com consequências imprevisíveis sobre a competitividade internacional do nosso parque industrial e sobre a nossa autonomia de decisão macroeconômi-

ca".

O embaixador quer que o Brasil seja uma país digno e vai explicando como é que se constrói a dignidade nacional. "A competitividade que desejamos é aquela, autêntica, que deriva do progresso técnico e da capacitação de nossos trabalhadores e oportuna pelo aumento da produtividade, sua melhor e mais justa remuneração. Uma competitividade que não se baseie em salários aviltados e condições de trabalho precárias." Para ele o que precisamos é de "um consenso 'made in Brazil' e, para produzi-lo, de uma grande aliança. Não apenas, como no passado, entre o governo e os empresários, e sim uma nova aliança - que também inclua partidos políticos, intelectuais, trabalhadores. Um entendimento capaz de permitir a emergência, no Brasil, senão de um projeto nacional com metas precisas em cada setor, pelo menos de um 'consenso nacional' com uma visão comum e abrangente dos grandes problemas brasileiros, institucionais, econômicos e sociais".

**Nogueira Batista ao falecer ocupava o posto de embaixador na Associação Latino-Americana de Integração. Antes havia sido embaixador junto ao Gatt e à Onu. Na década de 70 foi presidente da Nuclebrás.R*

TRIBUNA
livre

O Silêncio das urnas

Mauro Passos
Presidente do Sinergia

Três de outubro, dia das eleições num país que consolida sua democracia. Milhões de eleitores vão às urnas. Uns tristes e quietos, outros, alegres e cheios de esperanças. Terminam as eleições. Abrem-se as urnas. Contam-se os votos. Os alegres e esperançosos são derrotados pelos tristes e quietos, que aliás continuam tristes e quietos, como se fossem eles os grandes perdedores. As ruas ficam vazias. Os carros que circulam, não buzina. O povo, como se estivesse envergonhado, não comemora. Este é o fim patético de uma eleição presidencial, onde o "establishment", como dizem os ingleses (meios de comunicação, governo, banqueiros, empresários, empreiteiras, etc.), manteve o poder através de um voto silencioso e despolitizado, desvinculado de programas e partidos. Tanto é verdade, que desta forma quarenta milhões de brasileiros elegeram Fernando Henrique, como poderiam eleger qualquer outro. Prova disso é que o nome inicialmente pensado para representar este papel era o de Antonio Brito, que seguramente teria os mesmos votos de Fernando Henrique, no entanto, agora sequer consegue se eleger governador do Rio Grande do Sul.

Felizmente, participamos junto com outros 20 milhões de brasileiros de um outro processo eleitoral que quebrou com a frieza e indiferença que queriam implantar, se utilizando de pesquisas e índices diários que desmotivaram o eleitor. Fizemos uma campanha conscientizadora, priorizando o contato direto com o povo. No dia das eleições ocupamos as ruas com militantes transmitindo alegria e esperança. Votamos com brilho nos olhos e muita emoção. Acompanhamos a contagem dos votos com entusiasmo e ansiedade. Sofremos muito ao nos depararmos com a crua realidade do voto silencioso depositado nas urnas, contrários às nossas pretensões. Mesmo assim, passado o impacto inicial do resultado das eleições, o que fica é uma sensação gostosa de um trabalho cumprido, ampliando e consolidando nossas idéias e convicções. Fica também a certeza de que mostramos para todos quantos somos e que Brasil queremos. Vencemos mesmo tendo sido vencidos.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga, Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scorzazon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Zepassilva. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Programação de Cinema

Esta é a programação do CIC. Eletricitário tem direito à meia entrada, mediante apresentação de carteira do Sinergia, conforme convênio. A programação do ART 7 não está sendo publicada por não estar pronta até o dia de fechamento deste jornal.

Cinema do CIC

Dias 11 e 12 de outubro
19h 15 min: *Quatro Casamentos e Um Funeral*
21h 15 min: *Morango e Chocolate*

Dias 13 e 14 de outubro
21h 15 min : *Morango e Chocolate*

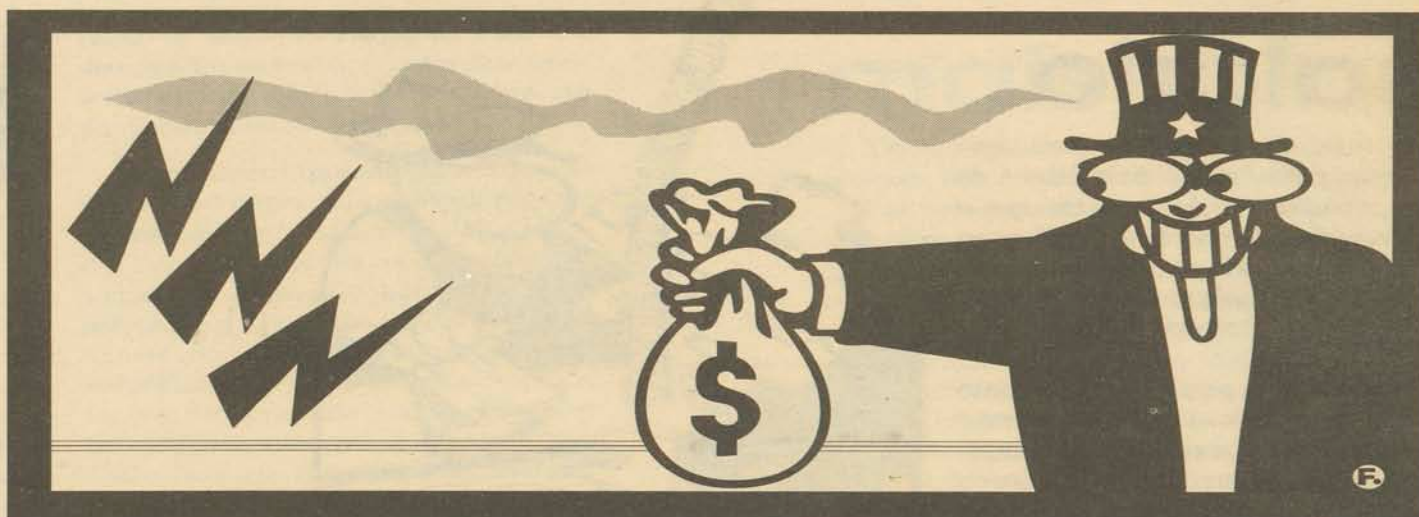
Dia 15 de outubro - sábado
19h 15 min: *A Casa dos Espíritos*
21h 45 min: *Lobo*

Dia 16 de outubro - domingo
17 horas: *Morango e Chocolate*
19h 15 min: *A Casa dos Espíritos*
21h 45 min: *Lobo*

Dia 17 de outubro
21 horas: *Lobo*

Dia 18 de outubro
21 horas: *A Casa dos Espíritos*

De olhos abertos



Marli Cristina Scomazzon
jornalista LV

Para o jornalista a falta de informação é um desastre profissional. Para as outras pessoas, estar desinformado sobre fatos que dizem respeito à sua vida é como andar num quarto escuro que não se conhece - fica-se tateando atrás de uma porta e pode-se pisar numa desagradável surpresa.

Há pouco mais de quatro anos o setor elétrico brasileiro virou "notícia". Todas começam com uma verdade, uma informação: o governo não tem dinheiro para novos investimentos e o consumo do país aumenta. Mas daí para frente tudo é desinformação. A solução apontada é sempre a de vender o que já temos, e ninguém questiona que isto não aumenta a geração de energia. Todas as matérias dizem que é preciso "atrair" os investimentos privados, como se o setor elétrico brasileiro fosse um péssimo negócio.

Nestas entrelinhas o leitor se perde e passa a ser guiado, não pela informação, mas por desejos e interesses de outras pessoas.

Uma notícia deveria nos contar, por exemplo, que também há cerca de quatro anos as pesadas leis que regulamentam o setor elétrico norte-americano - o grande interessado no Brasil - começaram a mudar. Até 90, o governo dos EUA proibia as geradoras de energia nacionais de investirem fora do país, para que atendessem bem a demanda interna. Mas como no final dos anos 80 os grandes consumidores de energia (como a indústria do alumínio) saíram dos EUA, a demanda de eletricidade estabilizou e a lei caiu. Segundo o World Energy Council, a demanda de eletricidade nos EUA

crescerá só 1% ao ano até 2020. No Brasil, a Eletrobrás diz que ela cresce 4,7% ao ano.

Em 1992 o governo norte-americano passou também a obrigar os proprietários de linhas de transmissão a transmitir energia de outras empresas geradoras. Tudo isto acabou "tornando a vida mais difícil em casa" para as indústrias de eletricidade daquele país, diz a revista Business Week. Para fugir destas dificuldades o melhor é buscar novos mercados. A mesma revista diz que há mais de dois anos estas empresas "estão subitamente investindo bilhões de dólares em mercados internacionais".

Atração Fatal

O Brasil tem um dos maiores sistemas elétricos do mundo - de grande extensão física e praticamente só de hidrelétricas. Essas usinas não gastam combustível, por isto depois de 10 anos de funcionamento, a energia que produzem sai quase de graça. O faturamento das distribuidoras é apetitoso. A Eletropaulo fatura por mês 260 milhões de dólares; a Ligth cerca de 100 milhões. Se tivesse dinheiro, quem não gostaria de ser dono destas caixas registradoras?

Aqueles que tem tanto dinheiro vão acertar o negócio direto na fonte. José Luiz Alqueres, presidente da Eletrobrás, disse há duas semanas que cada vez mais estrangeiros batem à sua porta. "No início eram apenas investidores, depois vieram os fundos de pensão estrangeiros. Agora recebo toda semana grupos de fora interessados". Os mais ansiosos são a CMS Michigan, Hous-

ton Industries, American Electric Power, Dominion Resources, Southern Electric e Duke Power. Muitos são representados por bancos como o Citibank, Chase Manhattan, J. P. Morgan.

Nos EUA estas empresa entram no negócio de eletricidade para ter uma taxa de retorno de investimentos de, no máximo, 10%. Na China andam exigindo no mínimo 18%, mas o governo diz que só aceita entre 12 a 15%. E no Brasil, segundo eles, o risco de investimento "exige" uma taxa de retorno de 20 a 25%. O negócio não é mais da China, mas do Brasil!

Atenção total

Os eletricitários brasileiros, que além do interesse de cidadão em não permitir que seu país seja roubado, luta também pela manutenção do seu emprego e condições de trabalho, não pode ser desinformado. Sem informações deste tipo passam a ser "tutelado" pelo que acreditam serem notícias nos jornais e se intimidarão quando vociferarem nos seus ouvidos que são corporativistas, uns sujeitos atrás apenas de interesses pessoais. O eletricitário tem que ter dados e argumentos para poder distinguir o que é informação, verdade, do que é discurso, sermão de convencimento.

Para ajudar um pouco nas suas reflexões vale divulgar uma previsão feita pela mesma Business Week: "As companhias de eletricidade que conseguirem agora uma liderança em mercados distantes, poderão se tornar as mais influentes na emergente indústria mundial de serviços públicos".